

A FORMAÇÃO DO CLERO NO BRASIL (1890-1930): CONEXÕES ENTRE O MACRO E O MICRO – UM ESTUDO DE CASO, A DIOCESE DE JUIZ DE FORA

Everton Esmério Souza Fernandes¹
Lucas Gabriel da Silva Oliveira²
Reginaldo Vicente Meireles³
Mabel Salgado Pereira⁴

RESUMO

A formação do clero no Brasil, durante o período da Primeira República (1889-1930), foi analisada a partir do processo de centralização promovido pela Cúria Romana no âmbito de seu projeto de Igreja Universal. Sob a perspectiva da relação entre o macro e o micro, busca-se investigar como esse processo ocorreu, destacando os elementos importantes que se interpunham entre esses dois polos. No plano macro, encontramos uma Europa dilacerada por conflitos políticos que culminaram na Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a Cúria Romana vivenciou os impactos do desequilíbrio político, o que colocou fim à convivência relativamente segura garantida pelos Estados Liberais em desenvolvimento, elemento que afetou diretamente o recrutamento de novas vocações para campo religioso católico. No plano micro, no Brasil, no contexto da Primeira República e da afirmação do Liberalismo Político, concluiu a separação entre os poderes civil e religioso. Nesse cenário, a Igreja Católica no Brasil, orientada pelas diretrizes papais, buscou uma maior aproximação com a Cúria Romana, guiando-se pelo espírito de centralização. Esse movimento visava afirmar a unidade da comunidade religiosa e, simultaneamente, traduzir um estatuto ou modelo que marcasse de forma definitiva e perpétua os valores da Igreja Católica na sociedade. O estudo de caso, a formação do clero da Diocese de Juiz de Fora, demonstra como as lideranças episcopais locais vivenciaram as diretrizes romanas, em estreita

¹ Graduado em Filosofia pelo ITASA (Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio)/UniAcademia (Centro Universitário Academia) de Juiz de Fora, graduando em Teologia na mesma Instituição, seminarista da Arquidiocese de Juiz de Fora.

² Graduando em Filosofia pelo ITASA (Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio)/UniAcademia (Centro Universitário Academia), seminarista da Arquidiocese de Juiz de Fora.

³ Graduado em Filosofia pelo ITASA (Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio)/UniAcademia (Centro Universitário Academia), graduando em Teologia na mesma instituição, seminarista da Arquidiocese de Juiz de Fora.

⁴ Doutora em História pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), professora do ITASA (Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio)/UniAcademia (Centro Universitário Academia) de Juiz de Fora.

consonância com o projeto de Igreja Universal e aponta para um processo marcado por um equilíbrio móvel de tensões no plano micro.

Palavras-chave: Igreja Universal. Formação do Clero. Brasil República (1889-1930).

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a formação do clero no Brasil, no período da primeira República, afirma o processo de centralização da Cúria Romana no que se refere ao seu projeto de Igreja Universal. Analisado na perspectiva da relação entre o macro e micro, nosso objetivo é investigar como o processo ocorreu, destacando elementos importantes que se impunham entre os dois polos. Na data específica da criação da Diocese de Juiz de Fora, a Cúria Romana enfrenta no plano macro a herança da Primeira Guerra Mundial e suas consequências, enquanto no plano micro, o Episcopado Nacional sustenta o projeto Universal frente à nova realidade imposta pela República Liberal.

O estudo de caso da Diocese de Juiz de Fora torna-se eficaz no sentido de demonstrar como as lideranças nacionais vivenciaram as diretrizes romanas, em consonância com o projeto universal e, ao mesmo tempo, marcadas por momentos de tensões no plano micro. Para analisar esta configuração, da junção de um corpo eclesial como presença, que visa perpetuar os valores da instituição na sociedade em todo o orbe católico, ou seja, em relação direta com as orientações de Roma, com o plano micro, no qual o episcopado experimenta a nova realidade que se impunha, a República Liberal, utilizamos o conceito de equilíbrio móvel de tensões, no qual encontramos “os indivíduos (...) ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um **equilíbrio móvel de tensões**” (ELIAS apud CHARTIER, 2001, p. 13, grifo nosso), próprio de um “organismo coletivo” (ELIAS, 1994, p. 24).

Com este recorte procuramos oferecer mais um olhar sobre o processo de diocesanização da Igreja no Brasil, visando demonstrar como o clero brasileiro se firmou no quadro República Velha (1889-1930), com destaque para o estudo de caso específico da formação dos seus novos agentes, ou seja, a criação de novos seminários no país. A escolha da diocese de Juiz de Fora em Minas Gerais se justifica, nesse sentido, pela facilidade de registros da historiografia local, além de ser oportunidade

para analisar a criação do Seminário Santo Antônio, importante estabelecimento de ensino nos campos da Filosofia e Teologia que, neste momento, caminha para o seu centenário em 1926.

2 FORMAÇÃO DO CLERO E A DIOCESANIZAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL

A ligação que se estabelece na Igreja Católica entre as esferas do macro e do micro, a partir de meados do século XIX, afirma o processo de Reforma Ultramontana no Brasil e nos remete ao processo que moldou a relação da instituição com o movimento político liberal europeu. O início do século XX, no plano macro, nos revela de um lado, a Europa, dilacerada pelos conflitos que culminaram na Primeira Guerra Mundial e, do outro, no plano micro, o Brasil no contexto de afirmação do Liberalismo Político da Primeira República, que concluiu a separação entre o poder civil e religioso.

Neste contexto, a Igreja Católica no Brasil, sob as diretrizes do papa, orienta-se por uma maior aproximação com a Cúria Romana, guiada pelo espírito de centralização que afirma a representação da unidade da comunidade religiosa e, ao mesmo tempo, exhibe em suas ações a fórmula de traduzir um estatuto, uma posição, ou seja, um modelo que visa marcar de forma definitiva e perpétua os seus valores na sociedade. Tal processo se faz em diálogo com uma realidade contraditoriamente construída, tanto na Europa quanto no Brasil, fruto de diversas correntes políticas, econômicas e culturais que procuram estabelecer sua posição no mundo social.

Na Europa, o centro da Cúria Romana experimentou os ares do desequilíbrio político que finda a convivência segura, garantidora dos Estados Liberais em desenvolvimento. O início da Primeira Guerra Mundial acarretou uma divisão do continente em diversas correntes políticas ideológicas opostas. O armistício, assinado em 1918, desvendou ao mundo, no período de entre guerras (1918-1939), crises econômica e política. A Grande Guerra havia terminado, mas os efeitos econômicos ainda perduravam e foram sentidos, especialmente, no centro da Igreja Católica. Na Itália, observamos inflação e colapso nas finanças públicas, gerando assim uma situação:

(...) ainda pior, com desemprego e miséria crescente, agravados pelo retorno para a casa de dois milhões de soldados desmobilizados. Os operários e a classe média, empobrecidos nos anos de guerra, lutavam por melhores condições de trabalho e a política se polarizava

e radicalizava, com derrotas liberais nas eleições e fortalecimento de partidos alternativos, como o socialista e o católico (BERTONHA, 2008. p. 145).

A polarização política levou, em 1919, ao surgimento do Fascismo, liderado por Benito Mussolini, cujo ideal foi representado por um regime autoritário e antiliberal. Os acontecimentos históricos afetaram diretamente o campo religioso católico que já vinha, desde o papado de Pio IX (1846-1879), enfrentando o Liberalismo Político.

Documentos do Magistério registram as dificuldades herdadas do conflito armado e nos permite apontar para a preocupação vivenciada pela hierarquia romana. Bento XV registra em sua encíclica *Pacem Dei múnus*, de 1920, que:

Se voltarmos o olhar para onde, furiosa, atacou a guerra, deparamos imensas regiões desoladas e miseráveis, multidões reduzidas a tal estado de carência que lhes faltam pão, veste e teto; viúvas e órfãos incontáveis, à espera de algum socorro; enfim, uma interminável fila de seres debilitados, especialmente crianças e adolescentes, que atestam em seus corpos franzinos e fracos a atrocidade da guerra (Bento XV apud ZAGHENI, 1999, p. 221).

O recorte social nos indica o campo para o recrutamento de novas vocações sacerdotais, para o programa em curso no interior da instituição, que visava a continuidade da afirmação do corpo eclesial através de um projeto visível, capaz de representar a identidade dos seus membros. A circunstância nos remete a uma ação, ainda mais forte, no que se refere à formação dos seus agentes, porque disso depende a sua determinação fundamental, a consolidação do projeto ultramontano em todo o orbe católico. Será nesse quadro, perpassado de obstáculos herdados da ferocidade da guerra, que a instituição agirá no processo de recrutamento de novas vocações e na sua formação.

A questão da escassez do clero pode ser lida na perspectiva da longa duração na instituição, especialmente quando tratado sob a ótica do número necessário para a evangelização no continente americano. Consciente da dificuldade, a Cúria Romana age com a criação, em 1854, do colégio Pio Latino-Americano em Roma, objetivando a formação de futuros padres para o continente. Na relação entre poder temporal e espiritual, o século XX será marcado, de um lado, pelo Estado Liberal em desequilíbrio, evidenciando sua face mais cruel, a guerra; de outro, a Igreja Romana preocupada com o seu espaço de ação na sociedade, que aponta diretamente para o tema crucial da formação do clero, pois disso depende o seu projeto de Igreja

Universal. Internamente, os agentes eclesiais aplicavam as diretrizes do plano de reformas proposto pelo papa Pio X (1903-1914), como a Reforma Litúrgica, a Reforma Catequética e a implantação do Novo Código de Direito Canônico, de forma consistente em todo o orbe católico. Numa perspectiva de longa duração, a preocupação com a formação/orientação dos agentes pode ser lida em Mt 10, 5-12, no qual o próprio Jesus Cristo trabalhou nesse sentido. A consciência do espaço ocupado pela formação é, ao longo do tempo e no interior da instituição, a problemática que nos interessa.

O pontificado de Pio XI (1922-1939), foi marcado pela reorganização de uma nova geografia política, fruto dos Tratados da Primeira Guerra Mundial, que determinou as ações do pontífice no sentido de criar condições jurídicas capazes de continuidade de afirmação do seu projeto. O pontífice assinou “dezoito concordatas, principalmente com os jovens Estados nascidos dos tratados de paz” (PIERRARD, 1982, p. 263). Na ponta dos acordos estavam em questão temas fundamentais para a Cúria Romana, a saber: família, **educação** e presença dos sacerdotes nas Forças Armadas.

A hierarquia católica assumiu, desta forma, não somente o desejo de formar os seus agentes, mas atuar no campo educacional sobre toda a sociedade. No contexto, diversas denominações foram criadas no interior da Igreja Católica: juvenatos, escolas apostólicas e escolas diocesanas, são as mais comuns. Esses acordos possibilitaram à instituição uma situação privilegiada, principalmente nos países mais necessitados. Os números de estudantes recrutados pela instituição afirmam um crescimento exponencial, especialmente no que se refere ao processo no interior das congregações religiosas. Tal fato demonstra que a vitalidade cristã encontra na vida ativa o seu momento de efervescência. Entre os mais pobres o crescimento de novas vocações é inegável, sendo “concretizado pela **multiplicação** das ‘escolas apostólicas’ ou ‘juvenatos’” (AUBERT, 1975, p 111, grifo nosso).

No quadro brasileiro mais amplo, a educação foi o espaço ocupado pelas congregações religiosas europeias, determinando assim um quadro de dependência, ou seja, uma herança originada do Período Colonial, que perpassa todo o Período Imperial e encontra a República Velha, mais uma vez, o seu lugar. A tradição do Ensino Religioso aponta para o privilégio sempre ocupado pela instituição no campo educacional que, no contexto particular da República Velha, o Estado não pode dispensar.

Os obstáculos vivenciados pela Igreja Católica na Europa sugerem dificuldades que a instituição encontrará no quadro das diversas Igrejas particulares, espalhadas pelo orbe católico. No Brasil, a afirmação do Estado Laico anuncia para a dissolução da presença das lideranças eclesiais no ramo da administração pública e, ao mesmo tempo, confirma a necessidade de reforçar a reforma em andamento, que caminha em vias de sua organização patrimonial. Lemos que, naquele momento:

Em retrospecto, (...) as prioridades associadas à formação de um “patrimônio” próprio e o enfrentamento dos movimentos religiosos concorrentes (protestantes, Canudos, Juazeiro, Contestado e etc.) se situam entre os principais condicionantes do processo de “construção institucional” da Igreja Católica na Primeira República (MICELI, 2009, p. 20, grifo do autor).

Tal processo será acompanhado por um momento forte de criação de novas circunscrições eclesiais⁵. Com o fim do Regime do Padroado, a Igreja Católica experimentou, na primeira fase do regime republicano, uma completa reforma de sua geografia episcopal, conforme quadro que segue.

BRASIL – DIOCESES E PRELAZIAS CRIADAS NA REPÚBLICA VELHA

DIOCESES	PRELAZIAS
(AMAZÔNIA) Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Santarém, Rio Branco e Porto Velho	Lábrea, Bragança, Marajó
(CENTRO OESTE) Cáceres, Guiratinga, Diamantino, Jataí, Porto Nacional e Corumbá	
(NORDESTE) João Pessoa, Maceió, Grajaú, Teresina, Crato, Sobral, Natal, Cajazeiras, Garanhuns, Nazaré, Pesqueira, Petrolina, Penedo, Aracaju, Barra, Ilhéus e Caetité	Bom Jesus
(SUDESTE) Vitória, Niterói, Pouso Alegre, Araçuaí, Montes Claros, Belo Horizonte, Paracatu, Caratinga, Juiz de Fora , Luz, Guaxupé, Uberaba, Valença, Barra do Piraí, Campos, Botucatu, Assis, Lins, Jaboticabal, Sorocaba, São José do Rio Preto, Campinas, Santos, Bragança Paulista, Taubaté, Ribeirão Preto e São Carlos	
(Sul) Cáceres, Jacarezinho, Guiratinga, Florianópolis, Joinville, Lages, Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria	

Fonte: MANOEL, 2008 apud PEREIRA, 2024, grifo nosso.

⁵ No Período Colonial (1500-1822) foram criadas, no vasto território brasileiro, sete dioceses e duas prelaças. No Período Imperial (1822-1889) apenas três dioceses e nenhuma prelazia (PEREIRA, 2024).

O quadro acima é reflexo da linha de diálogo que perpassa a Sé de Roma e o episcopado nacional, acompanhado, naturalmente, pela preocupação com a formação de novos quadros dirigentes para a sua própria administração que ganhava contornos mais atuais.

O tratamento que se estende entre as autoridades, Sé de Roma e representantes do novo Regime Republicano Brasileiro, ocorre em forma de privilégio. Em 1905 consolida-se a criação do primeiro cardinalato latino-americano, cuja sede será a capital do Brasil, Rio de Janeiro. Ocupou o posto cardinalício, Dom Joaquim Arcoverde, entre os anos de 1905-1930 e, posteriormente “através da concessão de regalias como a nunciatura plena (1910)” (MICELI, 2009, p. 25). Tais prerrogativas garantiram ao corpo eclesiástico a continuidade da aliança necessária com a autoridade civil da República Velha para a manutenção do seu espaço de atuação.

No interior da Igreja Católica, a separação entre os poderes se revelou na problemática que se refere à formação do clero, entretanto, contribuiu para a formação clerical mais distante das influências do governo e mais estreita com as diretrizes de Roma. A dependência de mais contribuições dos fiéis fez crescer entre os bispos a criação de uma série de novos movimentos na instituição para sustentar a obra vocacional. Em Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, criou a OVS (Obra das Vocações Sacerdotais), seus estatutos “datam de 1927 e seguem o modelo tradicional, ou seja, seu objetivo é angariar donativos para o sustento das vocações sem recursos financeiros” (PEREIRA, 2010, p. 232).

O aumento do número de dioceses será acompanhado pela criação de novos seminários, conforme tabela abaixo.

Crescimento dos Seminários no Brasil por década (1891-1930)

Década	Número de Seminários
1891-1900	9
1901-1910	16
1911-1920	14
1921-1930	49

(SERBIN, 2008, p. 109)

O processo de criação de novos seminários será acompanhado pela chegada de novas congregações religiosas ao país, cujo fato deriva de elementos do centro da

Europa, a saber: dificuldades de reerguimento das nações no pós-guerra e a política anticlerical em vários países europeus no período. No caso brasileiro reflete a dependência contínua do Episcopado Nacional. Assim, podemos ler, no período de 1890-1930, sobre a forte presença dos religiosos europeus no Brasil. Matos (2003) destaca a presença de 31 congregações masculinas e 71 femininas, sendo 22 fundadas no Brasil. A realidade da nova organização e da gestão diocesana levou os bispos à adaptação para a nova realidade imposta pela República Laica. Com a separação da Igreja e do Estado, a Igreja Católica no Brasil teve de enfrentar o desafio da falta de financiamento público com o custeio de sua base, como o aporte financeiro para a evangelização, a construção e manutenção de patrimônio, o sustento do clero e a **formação de seus futuros sacerdotes**.

Nesse contexto se insere a criação da diocese de Juiz de Fora (1924), desmembrada da diocese primaz de Minas Gerais, Mariana, criada em 1745. As dificuldades encontradas pelo primeiro bispo de Juiz de Fora, Dom Justino José de Sant'Anna⁶, no que se refere à formação do clero, analisada numa perspectiva micro, expressa a difícil tarefa do momento, qual seja: alinhar-se, com propriedade, ao projeto da Igreja Universal no plano macro, atuando no quadro complexo que se aplica ao plano micro, a cidade de Juiz de Fora.

3 SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO – UM ESTUDO DE CASO

O curto espaço de tempo entre a chegada do primeiro bispo a Juiz de Fora, Dom Justino José de Sant'Ana, e a criação do Seminário Santo Antônio aponta para uma história perpassada, conforme Elias (1994), por um **equilíbrio móvel de tensões**. O conceito aplicado para a análise do projeto traçado pela hierarquia eclesiástica, que visa o plano de perpetuar os valores da Igreja Católica na sociedade, deve ser entendido na realidade na qual o mesmo se concretiza, qual seja, efetivado

⁶ Dom Justino José de Sant'Ana nasceu em Aramary, município de Alagoinhas, Estado da Bahia, no dia 12 de dezembro de 1878. O início de sua formação foi em uma escola local e, mais tarde, em 1898, quando completou vinte anos, ingressou no Seminário Arquidiocesano de Salvador da Bahia que, na época, era dirigido pelos padres lazaristas franceses. Após completar a formação em Filosofia e Teologia, ordenou-se sacerdote no dia 1º de novembro de 1904, sendo, depois de ser experimentado em paróquias da região, eleito para o episcopado nacional. Sua ordenação episcopal aconteceu no dia 20 de janeiro de 1925, no convento dos Franciscanos no Rio de Janeiro. Em fevereiro do mesmo ano, chegou a Juiz de Fora como primeiro bispo da recém-criada Diocese (AZZI, 2000).

por uma porção de indivíduos que formam um todo institucional. Assim, contradições e tensões encontram lugar numa série de questões que podem ser analisadas e somadas, desde a dificuldade com as questões patrimoniais (MICELI, 2009), até o estilo de pastoreio determinado pela personalidade dos próprios agentes episcopais (PEREIRA, 2010).

A questão da formação do clero na região de Juiz de Fora, nosso estudo de caso, encontrava-se estruturada da seguinte forma no período que antecede a criação da diocese, era organizada a partir de Mariana e compreendia duas etapas distintas. Na primeira, os vocacionados começavam seus estudos no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, localizado em São José das Três Ilhas⁷, onde recebiam a educação básica necessária para a formação inicial. Após completar a etapa, os vocacionados eram transferidos para a Arquidiocese de Mariana, na qual davam continuidade à sua formação no Seminário Maior, cursando Filosofia e Teologia. Esse sistema de colégio, na vasta extensão da arquidiocese, permitiu ao episcopado de Mariana a manutenção de um programa alinhado para o trabalho relacionado ao recrutamento de novas vocações. Monsenhor Manoel Nogueira Duarte dirigiu o colégio desde a sua fundação até a chegada de Dom Justino a Juiz de Fora, no ano 1925, quando foi demitido do cargo (OLIVEIRA, 1976).

O desenrolar dos fatos dessa demissão merece aqui uma memória com descrição densa dos fatos, que têm início na década de 1920, quando o arcebispo de Mariana, Dom Helvécio, chega do Maranhão (1922). Este se encontra absorvido nas diversas tarefas de administração da sede primaz de Minas Gerais, tesouro do **patrimônio barroco** no Brasil. A memória de sua passagem pelo Maranhão, entre os anos de 1918 a 1922, especialmente no contexto da reforma da catedral de São Luís, dedicada à Nossa Senhora da Vitória e reformada para os festejos dos cem anos da Independência do Brasil, foi perpassada por divergências com a elite local e, possivelmente, serviu de reforço para a percepção da importância do patrimônio mineiro, joia do Barroco. No Nordeste, o “(...) caso refere-se à venda das alfaias e pratarias do fechado convento de Nossa Senhora do Carmo, em Alcântara, que no momento do negócio “não representavam mais de uma pequena parcela do que haviam sido no Período Colonial” (LOPES, 2002, p. 278 apud PEREIRA, 2010, p. 155). Entretanto, a elite católica maranhense não deixou o fato passar despercebido,

⁷ Conforme Oliveira (1976), o colégio foi criado pelo bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta (1890-1922), e as atividades escolares tiveram início no ano de 1897.

diálogos de tensões foram registrados e justificativas apresentadas. Em Mariana, os registros históricos indicam que o arcebispo, assim que tomou posse na Sé Mineira, deu atenção especial à questão do patrimônio, seja pelo episódio negativo de São Luís, cuja obra levou o seu nome de forma desfavorável aos jornais, seja pelo cumprimento das diretrizes do Código de Direito Canônico de 1917, com orientações claras sobre os bens culturais da instituição, em especial sobre arquivos e arte sagrada, como imagens e utensílios. Assim, desde a sua chegada encontramos-lo recolhendo bens artísticos, na sua circunscrição eclesiástica, visando criar o Museu de Arte Sacra, inaugurado em 29 de agosto de 1926, na igreja de São Pedro. O fato é relevante, pois implica as dificuldades com a formação do clero da nova diocese de Juiz de Fora, criada em 1924.

Entre os primeiros atos iniciais do primeiro bispo de Juiz de Fora, Dom Justino, encontramos a mudança na direção do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, local da primeira fase de estudos antes da conclusão do curso de Teologia, em Mariana. Detalhes da demissão do antigo diretor encontram-se registrados por Oliveira (1976), que recorda também as ações de Dom Helvécio, preocupado com o recolhimento de bens artísticos para a formação do museu da Arquidiocese de Mariana. Do colégio foram enviadas, no ano de 1923, uma baixela de prata portuguesa e outros itens de valor pelo então diretor. O fato sugere o descontentamento do novo bispo na prestação de contas e aponta para a causa da demissão (OLIVEIRA, 1978).

No mesmo contexto, por ocasião da vinda de Dom Helvécio a Juiz de Fora, em março de 1925, para agradecer a comissão organizadora da criação da diocese e para entregar o patrimônio da nova diocese ao seu primeiro bispo, o prelado concedeu uma entrevista à imprensa local. Nesta destacou que o valor da fazenda e do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio era superior a duzentos contos de réis. Descontente, Dom Justino responde, emitindo no mesmo órgão da imprensa, que o “Colégio do Patrocínio com toda a sua prataria, carregada para Mariana, não podia atingir o valor da quantia citada na referida entrevista” (OLIVEIRA, 1978, p. 35).

A tensão do fato registrada na imprensa confirma, no período recortado, um quadro difícil, especialmente no que se refere a questões patrimoniais, o que não era incomum. Lemos que nas:

(...) duas primeiras décadas do regime republicano serão pontuadas por inúmeras pendências em torno da reapropriação de conventos, igrejas, residências, casas de misericórdia, sedes

de irmandades e terras. Outros litígios de caráter patrimonial envolviam as pretensões quase sempre vitoriosas dos prelados sobre a retomada de posse e dos direitos de gestão sobre irmandades leigas. Tais pendências deram origem a graves desentendimentos **entre as autoridades eclesiásticas**, mormente certos prelados que passaram a reclamar a extensão de seus poderes de jurisdição sobre os bens, as atividades e o processo de designação das lideranças das irmandades, e o grupos dirigentes leigos que delas se haviam apoderado como instrumentos de barganha nas lutas políticas locais (MICELI, 2009, p. 24-25, grifo nosso).

No caso particular que analisamos, a questão se realiza em torno do patrimônio artístico da própria instituição, entendido a partir do projeto de Dom Helvécio, da criação do museu em Mariana. O que é certo é a falta de financiamento público. O fim do Padroado Régio, gerou necessidades de toda ordem e muitas mudanças foram sentidas em todo o território nacional nesta nova fase da História da Igreja. Assim, o tema do patrimônio tem destaque e encontra-se atravessado por um **equilíbrio móvel de tensões**.

As tensões decorrentes do envio de bens artísticos tiveram consequências. No ano de 1925, Dom Helvécio reuniu-se com os alunos de Juiz de Fora que estudavam no seminário de sua Arquidiocese e ‘lhes revelou não ser mais possível mantê-los no seu Seminário, a não ser que optassem pela incardinação próxima futura, em sua arquidiocese” (OLIVEIRA, 1978, p. 34). Descontentamentos à parte, que posteriormente foram sanados, no sentido perfeito da manutenção de um corpo eclesiástico em equilíbrio, o fato foi crucial para o impulso da criação do Seminário Santo Antônio da diocese de Juiz de Fora.

3.1 ENTRE A CASA E A CHÁCARA: A BUSCA PELO ESPAÇO IDEAL

Para a formação da nova circunscrição eclesiástica de Juiz de Fora foi organizada uma comissão composta pela sociedade civil católica da cidade, dividida em dois grupos, homens e mulheres. A direção da hierarquia católica, representada na pessoa do arcebispo de Mariana, Dom Helvécio, procurou, no primeiro momento, vencer a tarefa da constituição do patrimônio. O registro de compromisso desta parte é fundamental e se baseia, especialmente, em três elementos: renda para as

despesas do bispado, aquisição do espaço para instalação da Câmara Eclesiástica e, finalmente, a moradia do bispo, que à época era denominado como palácio episcopal. Documentos demonstram que no momento da criação da nova diocese, em 1924, o último elemento, o palácio episcopal, não havia ainda sido constituído (PEREIRA, 2024, no prelo).

Logo após tomar posse da nova diocese, no ano de 1925, Dom Justino precisou ajustar-se às demandas mais urgentes de seu governo, no caso, a formação do clero para a sua diocese. Assim, a moradia deixou de ser um elemento de primordial diante da necessidade urgente que se impunha. Podemos ler que em março de 1926, data do início do ano letivo, foi instalado o Seminário Santo Antônio em:

(...) edifício cedido pela família Nogueira da Gama, na parte alta da Rua Halfeld, prédio amplo e confortável, com extenso terreno, pomar, jardins e dependências adaptadas ao funcionamento do Seminário e que ficava confrontando lateralmente e nos fundos com a Academia de Comércio e o Juvenato São Miguel, respectivamente (OLIVEIRA, 1978, p. 173).

O evento da criação do Seminário Santo Antônio define o espaço para a formação do clero da nova diocese e, ao mesmo tempo, marca de forma definitiva a decadência do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em São José das Três Ilhas. As dificuldades no que se refere à formação do clero tornam-se explícitas durante o ano de sua fundação, conforme podemos ler no recém-criado órgão oficial de comunicação da diocese: “Não tem patrimônio, nem mesmo casa, porque a que possui é arrendada e no fim de 3 anos ficará na rua. Está, pois, à prova a fé dos dignos catholicos de Juiz de Fora – Vida ou morte do Seminário” (LAMPADARIO, Ano I, 21 mar. 1926).

Segundo Oliveira (1978), a nova casa de formação nasceu com divisão a tradicional de duas casas: Seminário Menor, com dezessete alunos; o Seminário Maior, com cinco vocacionados, sob a direção do clero secular, conforme segue:

Administração/Posto	Titular
Reitor	Côn. Affonso Daniel Intriéri
Diretor Espiritual	Pe. Augusto Noronha Freire d'Andrade
Prefeito de Estudos e de Disciplina	Côn. Trajano Leal do Bonfim

Com as seguintes cadeiras do quadro da grade curricular do Seminário Maior, no ano da inauguração, seguido de seus titulares.

Cadeira	Titular
Dogma	Côn. Affonso Daniel Intrieri
Hermenêutica	Côn. Affonso Daniel Intrieri
Moral	Mons. Dr. Domício de Paula Nardy
Direito Canônico	Mons. Dr. Domício de Paula Nardy
Liturgia	Pe. José Carolino Menezes
História da Igreja	Pe. José Carolino Menezes
Pastoral	Pe. Gustavo Coimbra Freire
Retórica	Pe. Gustavo Coimbra Freire

Todo o contexto aponta para as dificuldades. O edifício cedido, apesar de amplo e confortável, era uma casa, portanto, não seria o espaço ideal para a formação do clero no século XX. A presença de vinte e dois estudantes que inauguram o Seminário, nos remete à necessidade de elementos básicos como salas de aula, sala para a direção, biblioteca, além de todo o necessário para acolher duas comunidades de seminaristas. Outro ponto importante que devemos considerar refere-se à ocupação de mais de uma cadeira por apenas um professor, sendo tal fato sugestivo para uma dificuldade dupla: de um lado, a dificuldade do próprio bispo em preenchê-las, por isso a repetição de professores; por outro lado, a dificuldade dos próprios professores, em ocupar cadeiras com temáticas diferentes. Os padres professores somam, além das disciplinas, cargos na administração e, ainda, atuavam nas tarefas do Seminário Menor. Neste último, as disciplinas foram distribuídas entre os padres do Seminário Maior, “os seminaristas maiores e mais dois professores leigos contratados” (OLIVEIRA, 1978, p. 174). Levando em consideração a herança da falta de presbíteros no Brasil, o quadro sugere muito trabalho, somado, naturalmente, a outras funções do próprio sacerdócio, como por exemplo o Mons. Dr. Domício de Paula Nardy, professor de Moral e Direito Canônico, formado na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, presbítero da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, entre os anos de 1924 a 1937 (CHANCELARIA, Pasta clero).

Dom Justino, consciente da realidade da diocese, dois meses após o início das aulas em edifício emprestado, adquire uma chácara no alto da então rua Direita, hoje avenida Barão do Rio Branco, no valor de 85 contos de réis, para a construção, de maneira definitiva, do Seminário. A campanha que segue indica, de um lado, as dificuldades financeiras e, de outro, a coragem para o enfrentamento da situação. Assim, lemos: “Parochos e generosos Diocesanos venham em seu auxílio para o respectivo pagamento e construção do prédio apropriado cuja planta já se acha em execução pelo competente e conhecido architecto Padre Arthur Hoyer, S. V. D” (LAMPADARIO, Ano I, 9 maio 1926).

A primeira medida após a compra da chácara foi a transferência dos alunos do Seminário Menor para o novo espaço, os seminaristas maiores ‘foram alojados provisoriamente nas dependências residenciais da Igreja catedral, até o final do ano letivo de 1926 (OLIVEIRA, 1978, p. 175). Assim, os registros do ano de 1926 nos adverte, no plano micro, para um quadro de muitas dificuldades, cuja configuração se distancia do imaginário de uma casa de formação, com salas de aulas apropriadas, espaços da administração e biblioteca e confirmam, ao mesmo tempo, Dom Justino no sustento do primeiro e principal problema enfrentado pela Diocese de Juiz de Fora.

A criação do Seminário condensa as formas objetivas com que o clero de Juiz de Fora procura marcar de forma visível a institucionalização da Igreja Católica, com proposições claras de um projeto perpétuo. Sob a liderança de Dom Justino, o corpo de clérigos propõe a criação de um Ginásio Diocesano em anexo ao Seminário. A sugestão aponta para o alargamento das possibilidades de enfrentamento das dificuldades através da criação de um novo instituto educacional, cuja proposta pode ser analisada sob diversos aspectos: primeiro, seguir de perto as orientações do pontífice romano, que determina o lugar da educação como centro de formação crucial para a manutenção da tradição cristã; segundo, dar continuidade ao processo de recrutamento de vocações para a Diocese, ou seja, recriar um espaço de educação, no mesmo modelo do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, porém, no centro urbano; terceiro, inserir a possibilidade da Igreja Católica, assim como República Brasileira, de oficializar o ensino de seus colégios (KULESZA, 2011) e, finalmente, servir como instrumento de capital para futuras obras necessárias para o recém-criado Seminário Santo Antônio.

Na perspectiva micro, o plano da criação de um ginásio diocesano revela possibilidades interessantes. Entretanto, quando observado pelo espírito de corpo da

Igreja Universal, na perspectiva macro, a natureza dos fatos requer uma leitura mais abrangente. De Roma, a Sagrada Congregação dos Seminários determinava as orientações para os seminários como elemento prioritário; a padronização e o encaminhamento das reformas do centro da Cúria Romana indicam, em detalhes, a centralização. O contexto, conforme já observamos acima, situa-se perpassado por uma série de reformas, como Reforma Litúrgica, a Reforma Catequética e a implantação do Novo Código de Direito Canônico. Como porta-vozes dos papas a prática da visitação apostólica deixava os reitores apreensivos e permite um vislumbre de como Roma criou uma força de trabalho moderna, que fazia a ligação direta entre o Papa e a Igreja no Brasil, através dos Visitadores Apostólicos (SERBIN, 2008, p. 135).

A tentativa de criação do Ginásio Diocesano, no mesmo espaço do Seminário Santo Antônio, não se concretizou o que, mais uma vez, afirma as dificuldades dos primeiros anos. As exigências emitidas pela Sagrada Congregação dos Seminários não deixam dúvidas sobre o veto para o ginásio. Primeiramente o cumprimento de “medidas urgentes para o aperfeiçoamento do Seminário ou o seu imediato fechamento” (OLIVEIRA, 1978, p. 70). Tal fato aponta, de forma concreta, que a criação do Seminário Santo Antônio não sugere um tempo de criação planejado, pelo contrário, revela uma urgência em meio a um **equilíbrio móvel de tensão** gerado no interior do episcopado mineiro e do qual Dom Helvécio e Dom Justino foram os principais protagonistas.

Para finalizar, merece destaque uma particularidade do episcopado de Dom Justino: sua relação com o clero regular no quadro do seu episcopado. Os registros apontam que o bispo procurou estruturar os principais trabalhos da diocese sob a direção do clero secular, como os serviços religiosos da Catedral e a direção do Seminário Santo Antônio. No início do seu episcopado a catedral encontrava-se sob a direção dos religiosos da Congregação do Verbo Divino, SVD, que foram substituídos por padres diocesanos. Registros apontam que o ato do “prelado desgostou parte significativa do laicato e do clero religioso da cidade (AZZI, 2000, p. 206). O fato é que a sociedade católica local já havia assumido os valores europeus, implementados pelos sacerdotes europeus. Na mesma linha de ação, o bispo indica para a direção e preenchimento do quadro de professores do Seminário Santo Antônio apenas o clero secular diocesano. Tal elemento merece destaque e pode ser lido como uma ruptura do processo de dependência da Igreja Católica no que se refere à

formação/educação em aliança com o clero regular, amplamente reconhecido desde o Período Colonial. A presença dos religiosos poderá ser notada em outras obras, como a presença a do Padre Arthur Hoyer, SVD, arquiteto escolhido pelo bispo para a construção do Seminário, conforme observado acima, porém, os registros apontam para uma linha de afirmação do clero diocesano. Assim, mais uma vez, registramos a importância da temática da formação do clero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela no quadro da História da Igreja do Brasil, como Igreja Universal, um elemento essencial para a permanência da afirmação do seu projeto na sociedade: a formação do seu quadro de ministros. O recorte organizado, a partir da criação do Seminário da Diocese de Juiz de Fora, em 1926, foi possível em decorrência da produção historiográfica no interior da instituição, neste sentido, ganha destaque a obra do Cônego Maximiano (1976) (1978), que assegura a aplicação do referencial teórico.

A aplicação metodológica da relação entre a perspectiva macro e micro aponta para uma riqueza de detalhes que não pode ser registrada separadamente, porque disso depende para a compreensão de muitos fatos no interior da Igreja Universal. O recorte temporal demonstra um momento de vitalidade da instituição, de um agir determinando pela consciência de uma unidade coletiva. Os obstáculos que se apresentam, a partir de um contexto de equilíbrio móvel de tensões, tendem a ser reinventados no sentido da unidade da instituição. A leitura aponta para a noção da unidade Episcopado Nacional, que age como representante consciente de que sua participação individual se insere no quadro de uma instituição que é formada e mantida na relação entre os seus membros, um organismo coletivo.

O período da República se apresenta com elementos da afirmação da Reforma da Igreja no Brasil, em estreita relação com a Cúria Romana. A diocesanização promovida evidencia a necessidade do estabelecimento de um aparato institucional, capaz de preparar a instituição para ocupar os espaços necessários para consolidação de seu projeto na sociedade. A educação surge, neste contexto, tanto no sentido da formação dos próprios ministros como na aplicação de um modelo de educação para toda a sociedade.

No quadro da Diocese de Juiz de Fora, o primeiro bispo, Dom Justino, experimentou a problemática da formação dos seus ministros de maneira particular, figura como um elo nas cadeias que o ligam ao corpo institucional e age de forma objetivada, conduzindo o clero diocesano na tarefa de enfrentamento das dificuldades impostas no processo de implementação do Seminário Santo Antônio.

Com este projeto esperamos que o artigo seja recebido como mais uma possibilidade de leitura sobre a criação do Seminário Santo Antônio, como fonte de inspiração para novos estudos sobre a formação do clero, elemento importante para manutenção e vitalidade da Igreja Católica e, finalmente, como registro de um projeto coletivo que, no caso específico deste trabalho, foi analisado sob a perspectiva das relações entre o macro e do micro no interior da instituição e apresentado como um organismo coletivo, através do qual a Igreja Católica assegurou espaços importantes na sociedade, tanto no campo da evangelização como no campo da educação.

ABSTRACT

The formation of the clergy in Brazil during the First Republic (1889–1930) is analysed through the lens of the centralisation process initiated by the Roman Curia as part of its Universal Church project. Adopting a macro-micro relational perspective, this study seeks to examine how this process unfolded, highlighting the key elements mediating between these two levels. At the macro level, Europe was marked by intense political conflicts culminating in the First World War. Within this context, the Roman Curia experienced the profound effects of political instability, which disrupted the relatively stable coexistence previously afforded by emerging Liberal States. This disruption directly impacted the recruitment of new vocations to the Catholic religious field. At the micro level, in Brazil, the First Republic and the affirmation of Political Liberalism brought about the definitive separation of civil and religious powers. Within this framework, the Catholic Church in Brazil, guided by papal directives, sought closer alignment with the Roman Curia, embracing a spirit of centralisation. This movement aimed to assert the unity of the religious community while simultaneously articulating a definitive and enduring model or statute to embed the values of the Catholic Church within society. The case study of clergy formation in the Diocese of Juiz de Fora illustrates how local episcopal leadership navigated Roman directives in close

alignment with the Universal Church project. This reveals a process characterised by a dynamic equilibrium of tensions at the micro level.

Keywords: Universal Church, Clergy Formation, Brazilian Republic (1889–1930).

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Arquivo Histórico da Arquidiocese de Juiz de Fora.
- **Jornal Lampadário** (1927-1930)

Arquivo da Chancelaria da Arquidiocese de Juiz de Fora
- **Pasta clero**

Fontes Secundárias:

AUBERT, Roger. **A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975. (Coleção Nova História da Igreja, Vol. V)

AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)**. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BENTO XV, Papa. **Encíclica *PACEM, DEI MUNUS PULCHERRIMUM***. Roma, 1920. Disponível em: < https://www-vatican.va.translate.google/content/benedict-xv/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_23051920_pacem-dei-munus-pulcherrimum.html?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc >. Acesso em: 20 jul. 2024.

BERTONHA, Fábio. Coerção, consenso e resistência num Estado Autoritário: o caso da Itália fascista, Maringá. **Revista Diálogos**, v.12, n.1, p.141-163, 2008.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 2010.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001, p. 07-25.

DUARTE, Jorge Luís; FERNANDES, Everton Esmério Souza; PAULA, Luiz Carlos de. Criação do Seminário Santo Antônio: Formação do Clero. In: PEREIRA, Mabel Salgado (Org.). **100 anos da Diocese de Juiz de Fora**. São Paulo: Paulus, 2024 (no prelo).

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1970.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. Campinas, **Revista Brasileira de História da Educação**, Vol. 11, n. 2 [26]), p. 81-102, 2011.

Disponível em :< <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38498> >. Acesso em: 14 ago. 2024.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil** - São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Igreja na História)

MICELI, Sergio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Francisco Maximiano de. **Traços Históricos: sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Tomo I. Juiz de Fora: Esdeva, 1976.

_____. **Traços Históricos: sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Tomo II. Juiz de Fora: Esdeva, 1978.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da neocristandade (1888-1952)**. 2010. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

_____. O Contexto Histórico da Criação da Diocese de Juiz de Fora. In: _____. (Org.). **100 anos da Diocese de Juiz de Fora**. São Paulo: Paulus, 2024 (no prelo).

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1982.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma História da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja IV**. São Paulo: Paulus, 1999.